

COLEÇÃO
ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA
VOLUME XIV

CARDEX	<input checked="" type="checkbox"/>
B. DATOS	<input checked="" type="checkbox"/>
DOAÇÃO	<input type="checkbox"/>
CANJE	<input type="checkbox"/>
COMPRA	<input type="checkbox"/>
EXPTL.	<input type="checkbox"/>
INV	<input checked="" type="checkbox"/>

**OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:
INSTRUMENTOS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA**

MARCELO MALIZIA CABRAL

Dissertação para cumprimento de requisito à obtenção de título no Mestrado Profissional em Poder Judiciário da FGV Direito Rio. Área de concentração: Poder Judiciário.

Orientador: Prof. Dr. JOAQUIM FALCÃO

Porto Alegre, junho de 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O ACESSO À JUSTIÇA	15
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	15
1.2 PREVISÃO NO DIREITO POSITIVO	15
1.3 CONCEITUAÇÃO CLÁSSICA	17
1.4 NATUREZA JURÍDICA	18
1.5 OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA	19
1.5.1 Obstáculos de natureza econômica	19
1.5.2 Obstáculos de natureza social e cultural	20
1.5.3 Obstáculos de natureza legal	21
1.6 A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	23
1.7 A NOVA DEMANDA POR ACESSO À JUSTIÇA	25
1.8 O NOVO CONCEITO DE ACESSO À JUSTIÇA	26
1.9 DIMENSÕES DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA	33
2 OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	34
2.1 GENERALIDADES	34
2.2 ESPÉCIES	42
2.2.1 A conciliação	45
2.2.2 A mediação	47
2.2.3 A arbitragem	53
2.3 CONFORMIDADE CONSTITUCIONAL	55
2.4 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS	57
3 AS PROPOSTAS LEGISLATIVAS PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	62
3.1 O PROJETO DE LEI N.º 4.827/98 E SEU SUBSTITUTIVO, O PROJETO DE LEI DA CÂMARA n.º 94/2002	62
3.1.1 Resenha histórica	62
3.1.2 Síntese de suas propostas	63
3.1.3 Análise crítica	70
3.2 A REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	77
3.2.1 A Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010	77
3.2.1.1 Síntese de suas propostas	78

3.2.1.2 Análise crítica.....	80
3.3 A REGULAMENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL ...	81
3.3.1 As Resoluções n.ºs 871, 872, 873 e 874, de 29 de março de 2011....	81
3.3.1.1 Síntese de suas propostas	82
3.3.1.2 Análise crítica.....	83
3.3.2 A Resolução n.º 870, de 29 de março de 2011.....	84
3.3.2.1 Síntese de suas propostas	84
3.3.2.2 Análise crítica.....	85
4 OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS:	
INSTRUMENTOS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	86
4.1 OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA.....	86
4.2 UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA COM A UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	89
4.3 AS NECESSÁRIAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	94
CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS.....	97
Anexo A - Lei n.º 9.307/1996 - Regulamenta a arbitragem no Brasil.....	107
Anexo B - Projeto de Lei n.º 4.827/1998	119
Anexo C - Projeto de Lei da Câmara n.º 94/2002	121
Anexo D - Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça	130
Anexo E - Resolução n.º 780, de 12 de agosto de 2009, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	152
Anexo F - Resoluções n.ºs 871, 872, 873 e 874, de 29 de março de 2011, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.....	155
Anexo G - Minutas de Convênios entre o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e os Municípios que não são sede de Comarca e, igualmente, entre o Poder Judiciário e Universidades, para a criação de Postos Avançados de Justiça Comunitária	168
Anexo H - Resolução n.º 870, de 29 março de 2011, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	174